

Em nome da FNE - organização que integra 10 sindicatos representativos de mais de 30 000 trabalhadores da Educação neles filiados, de todos os setores e níveis de ensino, em todo o território nacional e ainda os docentes do ensino português no estrangeiro, saúdo os presentes nesta sessão pública de apresentação do nosso manifesto para as eleições europeias.

E vou já responder às vossas inevitáveis questões: porquê um manifesto e para quê um manifesto?

Um manifesto, porque entendemos que esta é uma oportunidade que nos permite, mais uma vez, afirmar que a FNE e os seus sindicatos membros têm perspetivas e ideias sobre a União Europeia e o seu funcionamento, têm ideias e perspetivas sobre Educação e rejeitam ser acantonados em visões que pretendem limitar a intervenção sindical ao campo das reivindicações corporativas. Não somos reféns de visões redutoras do campo de intervenção sindical e exigimos ocupar integralmente o nosso espaço de parceiros essenciais nos processos de decisão que dizem respeito à Educação e ao sistema educativo, em particular, tanto ao nível nacional, como ao nível internacional. Por isso, entendemos que temos o direito e o dever de exprimir essas nossas ideias e perspetivas e de as colocar à consideração da Sociedade e dos Partidos Políticos que vão estar proximamente em campanha eleitoral para ganharem, em nosso nome, o direito de nos representarem no Parlamento Europeu entre 2019 e 2024.

Um manifesto para dizermos que a União Europeia e o seu funcionamento nos dizem respeito e que não aceitamos visões que colocam a União Europeia do lado de lá e nós do lado de cá. Em termos de União Europeia não há um lá e eles e um cá e nós. Somos tão União Europeia como os cidadãos de Bruxelas, de Paris, de Estocolmo ou de Copenhaga. Temos consciência de que nesta ocasião temos de combater perspetivas que querem apenas sublinhar aspetos conjunturais negativos sobre o funcionamento da União Europeia. Com efeito, temos consciência de que se sublinham muitas vezes aspetos que tem a ver com a burocracia do funcionamento das instituições europeias, do que é muitas vezes apontado como o excesso de regulamentação e até o distanciamento das instituições europeias em relação aos cidadãos europeus. Não ignoramos até que alguns destes aspetos são fonte de insatisfação e crítica e que nalguns países têm contribuído para alimentar os movimentos populistas, radicais e xenófobos que tem emergido. Mas também temos consciência dos ganhos que a nossa participação europeia tem permitido. Temos consciência de que a União Europeia, hoje herdeira da Comunidade do Carvão e do Aço e da Comunidade Europeia, é responsável pelo período mais longo de paz na Europa. Temos consciência de que, apesar de tudo, os fundos comunitários saídos da aplicação concreta dos princípios de solidariedade em que a União Europeia assenta, tem constituído fonte expressiva para o nosso desenvolvimento. Temos consciência de que, se não fosse a regulamentação europeia, muitos dos direitos de que hoje usufruímos como cidadãos não existiriam. É por isto tudo que a União Europeia nos diz respeito e temos o dever, a obrigação de a pôr ao serviço

dos cidadãos europeus, próxima dos cidadãos europeus e resolvendo os problemas dos cidadãos europeus.

Um manifesto, por isso mesmo, para contribuirmos, a nosso modo, para a mobilização das pessoas para a campanha eleitoral mas sobretudo para as eleições do dia 26 de maio próximo, fazendo reverter - vocábulo da moda - o aumento crescente da abstenção nestas eleições.

Porque a União Europeia nos diz respeito, porque ganhamos em estar e intervir na União Europeia, entendemos agir para mobilizar as pessoas a votarem, no dia 26 de maio.

Respondidas deste modo as duas questões, impõe-se ainda uma explicação. É que a área da Educação é daquelas em que a capacidade de decisão dos Estados membros é muito forte e alargada, em detrimento da capacidade das instituições europeias, seja o Parlamento, sejam o Conselho ou a Comissão Europeia. E por isso poderíamos perguntar se fazia sentido que houvesse um manifesto sobre Educação no quadro das eleições para o Parlamento Europeu. cremos que damos a resposta concreta no documento que hoje publicamos. Porque, no âmbito do funcionamento da União Europeia, há políticas comuns e integradoras que devem ser ou adotadas ou aprofundadas em termos de União Europeia. Não são apenas os quadros comunitários e os programas de mobilidade dos estudantes e dos professores que estão em causa. Há que procurar que, no âmbito da União Europeia, se analise em que é podemos ser melhores, porque solidariamente somos parte de um espaço que não é apenas económico, mas que se traduz muito fortemente no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, onde a Educação tem um papel relevante.

Consideramos fundamental que se coloque maior ênfase na educação sobre a UE e sobre a identidade europeia em toda a sua diversidade no quadro das aptidões de base e das competências essenciais, em particular a literacia europeia, definindo um conjunto de resultados comuns de aprendizagem neste domínio (um nível mínimo de conhecimentos, aptidões e atitudes em relação à UE).

Apelamos à adoção de medidas políticas estratégicas a nível nacional e da UE para promover a aprendizagem sobre a UE, a fim de reforçar o sentimento de identidade e de pertença à União e demonstrar aos cidadãos os benefícios tangíveis da adesão à EU

Aproveitamos a oportunidade para recomendar que o futuro Programa Erasmus+ (2021-2027) seja dotado de um orçamento reforçado, promova um sentimento de pertença à UE, assegurando a mobilidade na aprendizagem para todos, nomeadamente para pessoas provenientes de diversos meios socioeconómicos, e apelamos para que todos os projetos futuros coloquem ênfase na aprendizagem sobre a UE, na criação de uma identidade europeia, no apoio à aprendizagem intergeracional sobre a UE, bem como na aprendizagem de línguas para todas as faixas etárias e no diálogo civil para os adultos.

Os meios de comunicação social de serviço público a nível europeu e nacional, incluindo o canal Euronews, devem ter um papel estratégico na informação aos cidadãos sobre as realizações da UE. Os gabinetes de informação da UE nos Estados-Membros, bem como os deputados e outros representantes do Parlamento Europeu, os membros do CESE e outros decisores políticos que intervêm em questões europeias, também devem desempenhar um papel ativo no apoio aos processos de reforço da identidade europeia a nível nacional.

O manifesto que aqui apresentamos apresenta um conjunto de objetivos que gostaríamos que fossem conseirados no debate da campanha eleitoral que se aproxima, para além de enunciar 15 propostas que também entendemos que devem estar presents na ação dos deputados portugueses no próximo Parlemnto Europeu.

Assim, defendemos

1. Educação de qualidade para todos

como um direito humano fundamental e um bem público, devendo os governos europeus ser responsabilizados pela concretização deste direito.

Investir no futuro da Europa através de uma distribuição adequada de fundos públicos tem por objetivo o crescimento económico e a coesão social na Europa. Para este efeito, é condição fundamental a garantia de um financiamento sustentável para a formação inicial e para a formação contínua de Educadores e Professores e de todos os Funcionários das escolas ao longo de todas as suas carreiras, para se poder garantir uma educação moderna e inovadora, capaz de responder às necessidades dos alunos num mundo em rápida mudança. Dar autonomia aos Educadores e Professores e outros Funcionários da educação para gerirem a diversidade é essencial para uma sociedade próspera e dinâmica.

2. Aumento do investimento público e atratividade das profissões em educação

Denunciamos a falta de atratividade da profissão docente e a diminuição do valor da imagem dos Professores nas sociedade do nosso tempo, em resultado do crescimento da precariedade e da carga de trabalho, bem como do estresse relacionado com o trabalho, associados à falta de autonomia profissional e de apoio, bem como insuficiência de condições de trabalho, salários e pensões pouco atrativos; desta forma, estamos a caminhar para uma grave escassez de professores. Essa tendência é ainda mais acentuada pelas mudanças demográficas relacionadas com o envelhecimento da força de

trabalho e a fuga de cérebros de profissionais qualificados para outros setores ou países. Denunciamos os cortes orçamentais no setor da educação que põem em causa a qualidade e a sustentabilidade da oferta pública de educação.

A FNE considera, portanto, essencial financiamento público mais sustentável no setor da educação para recrutar e reter profissionais de ensino altamente qualificados, oferecendo condições de trabalho decente, o que tem de ter expressão ao nível da formação contínua adaptada às necessidades dos Educadores e Professores e de todos os Funcionários, e ainda de um ambiente de trabalho e infra-estruturas que facilitem o bem-estar e a motivação de todos os profissionais do setor.

3. Fortalecimento do diálogo social e envolvimento dos sindicatos da educação nos processos de tomada de decisão

Para a FNE, é essencial que os governos e autoridades reconheçam os sindicatos da educação como parceiros sociais para um diálogo social permanente e eficaz, de modo a desenvolver sistemas de educação de qualidade e promover uma visão independente ~~da profissão~~ sobre os profissionais do setor.

Os sindicatos da educação devem desempenhar um papel central e permanente nos processos de tomada de decisão a nível nacional e europeu no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas de educação e, em particular, a questões pedagógicas e aos programas.

4. Promoção da cidadania democrática e da inclusão

Nos últimos anos, os atentados terroristas, a radicalização violenta, o extremismo, o nacionalismo e a xenofobia multiplicaram-se por toda a Europa e representam uma ameaça, não só para a segurança dos seus cidadãos, como também para os valores fundamentais da União Europeia - a Liberdade, a Democracia, a Tolerância, a Igualdade, a Não Discriminação, o Respeito pela Legalidade, os Direitos Humanos e a Solidariedade. Neste contexto, o papel da educação, dos professores e dos outros profissionais da educação é crucial para promover a cidadania democrática e a inclusão social em diversificados contextos e ambientes educacionais e de aprendizagem.

Os governos europeus, em particular os Estados-Membros da União Europeia, não conseguiram criar uma política de migração coerente, sem ambiguidades, única e unificada - em vez de fragmentada -, incorporando o princípio básico da solidariedade. É deixada aos professores e aos outros trabalhadores da educação a responsabilidade de responderem aos desafios sem o apoio educacional, financeiro ou administrativo e o apoio de longo prazo de que necessitam e a que têm direito.

A FNE considera imprescindível financiamento e apoio consistente para professores e outro pessoal de educação nas áreas da democracia, dos direitos humanos, dos valores

universais e da cidadania, para poderem responder de uma forma competente às necessidades dos seus alunos.

As nossas 15 propostas são claras:

PROPOSTA 1 Deve ser promovido adequado investimento nos sistemas de educação e formação, com financiamento público, enquanto garantia de que todos têm oportunidades iguais a educação e formação em toda a Europa. A educação e a formação devem promover valores europeus comuns: tolerância, igualdade e respeito pelos direitos humanos, pela democracia, pela liberdade, pela solidariedade e pela dignidade.

A vitalidade da UE depende em grande medida de uma forte identidade europeia e da identificação dos cidadãos com a UE, preservando simultaneamente a identidade nacional, e garantindo que o êxito do projeto europeu se baseia nos seus valores, na tolerância e no compromisso em relação à diversidade das culturas, das religiões e do património. É importante reforçar o conhecimento e a compreensão dos cidadãos sobre a história e a cultura da União, os respetivos valores e direitos fundamentais, princípios e decisões essenciais, bem como os processos de decisão a nível da UE.

PROPOSTA 2 O próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE deve garantir condições para o financiamento a longo prazo para a investigação, a educação, a formação, a educação infantil e a aprendizagem ao longo da vida. É fundamental disponibilizar os meios necessários para fomentar a melhoria dos sistemas de ensino na Europa, com vista a assegurar uma educação de elevada qualidade para todos, bem como quanto à capacidade do ensino de enfrentar desafios sociais e de preparar eficazmente os alunos para uma vida e empregos de qualidade. Tirando partido dos seus próprios valores, a Europa pode e deve desempenhar um papel de liderança inovador na criação de uma economia sustentável e inclusiva. Uma economia deste tipo deve ser capaz de aumentar a competitividade e salvaguardar o futuro do seu modelo social específico

PROPOSTA 3 A livre circulação de trabalhadores e estudantes na UE deve ser significativamente melhorada, alargada e reforçada. A cooperação no domínio da educação confere um significado real ao próprio conceito de UE e promove a imagem da «comunidade», ou seja, da UE, como algo de construtivo. A UE tem de investir mais na educação e formação, na investigação e inovação, mediante o aumento dos fundos atribuídos aos programas Erasmus+ e Horizonte 2020 e aos seus sucessores. Tal pode, no futuro, fazer aumentar o número de postos de trabalho e abrir novas oportunidades.

PROPOSTA 4 A educação profissional e a educação e formação de adultos devem ser tratadas como parte da política de educação e formação. Os países da UE devem, em conjunto, estabelecer metas concretas e mais ambiciosas para a educação e a formação.

PROPOSTA 5 A FNE propõe os seguintes objetivos, de acordo com os atuais indicadores utilizados pela UE

Crianças abrangidas pela educação pré-escolar com mais de 4 anos – 95%

Crianças abrangidas pelo apoio à infância abaixo dos 3 anos de idade – 50%

Alunos com baixos resultados em leitura, matemática, ciências – menos de 10%

Abandono precoce da educação e formação nas idades dos 18-24 anos – menos de 5%

Adultos com o ensino superior nas idades 30-34 anos – 50%

Adultos em educação e formação contínua – 50%

Empregados 24 – 34 anos com, pelo menos a escolaridade obrigatória – 85%

População com competências digitais – 65%

PROPOSTA 6 Atingir o objetivo de aprendizagem ao longo da vida a nível da UE e fomentar a formação contínua em toda a Europa, para conseguir que a Garantia para as Competências seja verdadeiramente aplicada.

PROPOSTA 7 Deve ser reforçado o trabalho colaborativo entre professores e a formação de professores e a livre circulação entre os países europeus, de forma a garantir que os requisitos de qualificação dos professores sejam os mais elevados.

PROPOSTA 8 Os países da UE devem trabalhar em conjunto para reforçar o gosto pelo trabalho docente, a valorização do trabalho docente e da qualidade da educação e da formação, promovendo a participação de professores e educadores na definição dos termos de desenvolvimento dos sistemas de educação e formação.

PROPOSTA 9 As estruturas orçamentais da UE devem ser renovadas de modo que os futuros investimentos em investigação e inovação na área da UE sejam duplicados em relação ao montante atual.

PROPOSTA 10 A autonomia das instituições de ensino superior deve ser aprofundada, e deve ser promovida uma cultura inclusiva nas instituições de ensino superior, onde os Docentes e outros Funcionários devem ter oportunidades genuínas de influenciar a tomada de decisões. Os atuais procedimentos utilizados pela UE para combater as violações dos direitos fundamentais e, por exemplo, a liberdade académica, devem ser intensificados.

PROPOSTA 11 As diretivas da UE sobre a vida profissional devem ter em linha de conta a digitalização e a transformação do trabalho.

PROPOSTA 12 As condições de trabalho e a segurança devem ser melhoradas nas creches, escolas e instituições de ensino a nível da UE. Os requisitos mínimos a nível da UE devem ser definidos em termos que garantam ambientes de aprendizagem e trabalho seguros e saudáveis.

PROPOSTA 13 Deve-se trabalhar no sentido de transformar a UE numa área livre de discriminação no trabalho.

PROPOSTA 14 O CSEE, a organização dos sindicatos da educação a nível europeu, deve ser incluído, em maior medida e desde as fases iniciais de planeamento das matérias educativas, em todo o diálogo social a nível da UE na política de educação e formação e em matérias que influenciem política educacional

PROPOSTA 15 Como parte do quadro de trabalho no âmbito da Educação e de Formação, a promoção da educação sustentável e a partilha de boas práticas entre países deve ser definida como um objetivo, devendo a UE apoiar os projetos de investigação, desenvolvimento e inovação das instituições de ensino superior que procuram soluções para reduzir as emissões e promover estilos de vida e estruturas sustentáveis.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Renovando o nosso agradecimento pela vossa presença, esperamos que compreendam, aceitem e usem este nosso contributo para uma campanha eleitoral que se deve centrar sobre as questões europeias e o nosso envolvimento numa União Europeia dos cidadãos e para os cidadãos.